



# Legislação Tributária Municipal:

Mapas Mentais para Concursos Públicos





**Olá! :)**

**Seja muito bem vindo!**

Obrigada por adquirir os **Mapas da Lulu 2.0!** Tenho certeza de que esse material fará toda a diferença em seus estudos e será um atalho para a sua tão sonhada aprovação!

Para quem ainda não me conhece, meu nome é Laura Amorim (@lulu.concurseira), tenho 25 anos, e, após pouco mais de um ano e meio de estudos, fui aprovada em três concursos públicos: Auditor Fiscal do Estado de Santa Catarina (7º lugar), Auditor Fiscal do Estado de Goiás (23º lugar) e Consultor Legislativo (4º lugar), tendo superado uma concorrência de mais de mil candidatos por vaga!

Aprendi que a revisão, muitas vezes ignorada, é a parte mais importante (e essencial!) do aprendizado! Após testar vários métodos, percebi que os meus mapas mentais são, com toda certeza, os melhores instrumentos de estudo e revisão.

Ao longo da minha preparação, fiz e utilizei mais de 700 mapas mentais, desenvolvendo e aperfeiçoando um método próprio de sua construção até chegar aos Mapas da Lulu 2.0, aos quais você terá acesso a partir de agora:

**Os Mapas da Lulu 2.0 visam, sobretudo, otimizar suas revisões e aumentar seu número de acertos de questões, te ajudando a chegar mais rápido à aprovação!** Após resolver mais de 14.700 questões de concursos públicos nos últimos dois anos, percebi quais são os assuntos mais cobrados pelas bancas e suas principais pegadinhas, e todo esse conhecimento foi incorporado em meus mapas para que você, que confia no meu trabalho, possa sair na frente dos seus concorrentes!

Ah, e se você não quiser perder minhas dicas de estudos e motivação diárias, inscreva-se no meu canal do **Youtube**: [Lulu Concurseira](#) e no meu **Instagram**: [@lulu.concurseira](#). Já somos uma comunidade de mais de 154 mil concurseiros em busca do mesmo sonho: a aprovação!



Um beijo,

**Laura Amorim**

@lulu.concurseira





## PIRATARIA É CRIME.

Atenção:

Este produto é para uso pessoal. **Não compartilhe o seu material.**

Pessoal, os Mapas da Lulu são resultado de mais de dois anos de dedicação aos estudos. Ainda hoje, reservo boa parte do meu dia para produzir conteúdo, responder dúvidas, aconselhar e dar dicas sobre concursos públicos gratuitamente por meio dos meus perfis no Instagram (@lulu.concurseira e @mapasdalulu) e no Youtube (Laura Amorim).

Nunca tive a pretensão de ganhar muito dinheiro com a venda desse material, até mesmo porque prestei concurso público para, dentre outros motivos, alcançar a estabilidade e segurança financeira que queria. Mas preciso cobrir meus custos com site, servidores, distribuição, design e também minhas horas de trabalho empregadas, debruçada sobre a escrivaninha, dores nas costas, cansaço físico e mental.

São mais de 1.000 Mapas Mentais, com tempo médio de uma hora e meia para elaboração de cada um deles. Recebo menos de 50 centavos por hora trabalhada, para poder contribuir para sua aprovação.

Em razão disso, já agradecida pelo carinho e compreensão de todos, peço que **NÃO COMPARTILHE O MATERIAL** por nenhum meio (sites, email, grupos de whatsapp ou facebook...). Se você vir qualquer compartilhamento suspeito, peço que denuncie essa fonte ilegal, por favor e também me envie no suporte@mapasdalulu.com.br. **Pirataria é crime** e pode resultar penas de até QUATRO anos de prisão, além de multa (art. 184, CP).

Agradeço a todos pelo enorme carinho e respeito. Espero que aproveitem muito os Mapas da Lulu.

Um beijo,

Laura Amorim



# Índice

---

## 1. LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA MUNICIPAL

1.1 ISS na Constituição Federal	05
1.2 ISS na Lei Complementar nº 116/03	06
1.3 ISS - Disposições Comuns	09

## ASPECTOS GERAIS

- ART. 156, III
- COMPETÊNCIA { MUNICÍPIOS  
DISTRITO FEDERAL
- IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS

- AÇÃO HUMANA
- CONTEÚDO ECONÔMICO
- RELAÇÃO JURÍDICA NEGOCIAL
- NÃO HÁ SUBORDINAÇÃO \*
- REGIME JURÍDICO PREDOMINANTEMENTE PRIVADO
- PRODUTO UTILIZÁVEL/FRÚÍVEL PELO TOMADOR

\* AFASTA RELAÇÕES TRABALHISTAS.

## ISS NA CONSTITUIÇÃO FEDERAL

- + NÃO COMPREENDIDOS NA COMPETÊNCIA DOS ESTADOS (ICMS)

→ SERVIÇOS DE TRANSPORTE OU DE COMUNICAÇÃO { INTERESTADUAL  
INTER MUNICIPAL

→ INTRAMUNICIPAL  
= ISS!

- + DEFINIDOS EM LEI COMPLEMENTAR

→ VISA AFASTAR CONFLITOS DE COMPETÊNCIA.

## CABE À LEI COMPLEMENTAR

- FIXAR SUAS ALÍQUOTAS { MÁXIMAS  
MÍNIMAS
- EXCUSAR DA SUA INCIDÊNCIA EXPORTAÇÕES DE SERVIÇOS P/ O EXTERIOR
- REGULAR FORMA/CONDIÇÕES COMO SERÃO CONCEDIDOS E REVOGADOS. { ISENÇÕES  
INCENTIVOS  
BENEFÍCIOS FISCALIS

### ART. 88 DO ADCT:

ENQUANTO A LEI COMP. NÃO FOR EDITADA:

- ALÍQUOTA MÍNIMA = 2%.
- ISS NÃO SERÁ OBJETO DE QUE RESETE DIRETA OU INDIRETAMENTE EM UMA ALÍQUOTA INFERIOR À MÍNIMA. { ISENÇÕES  
INCENTIVOS  
BENEFÍCIOS FISCALIS

→ PERDEU EFICÁCIA C/ A  
LEI COMPLEMENTAR 157/2016

## ENTENDIMENTOS IMPORTANTES

- AINDA QUE JÁ EXISTA A LEI COMPLEMENTAR FEDERAL, O ISS DEVE SER INSTITUÍDO POR UMA LEI MUNICIPAL!
- A LEI COMPLEMENTAR NÃO PODE DEFINIR COMO TRIBUTÁVEIS SERVIÇOS QUE ONTOLOGICAMENTE NÃO SÃO SERVIÇOS.
- A LISTA DE SERVIÇOS NÃO É EXEMPLIFICATIVA, MAS TAXATIVA.
- A LISTA COMPORTA INTERPRETAÇÃO EXTENSIVA, P/ ABARCAR SERVIÇOS CONGÊNERES TRIBUTADOS.

## ASPECTOS GERAIS

- LEI COMPLEMENTAR 116/03 → ESTABELECE AS NORMAS GERAIS ACERCA DO ISS.
  - TEM ABRANGÊNCIA NACIONAL
  - NÃO REVOGOU TOTALMENTE O DECRETO - LEI 406/68  
(FOI RECEPCIONADO COMO LEI COMPLEMENTAR)
- SEU ART 9º CONTINUA EM VIGOR.

- SOBRE BASE DE CÁLCULO DOS SERVIÇOS DE CONSTRUÇÃO CIVIL \*
- TRIBUTAÇÃO DOS SERVIÇOS UNIPROFISSIONAIS (SUP'S)
- BASE DE CÁLCULO DOS SERVIÇOS DE EXPLORAÇÃO DE RODOVIA C/ PEDÁGIO

\* AUTORIZA A DEDUÇÃO DE MATERIAIS / SUBEMPREITADAS JÁ TRIBUTADOS.

ISS  
NA LEI  
COMPLEMENTAR  
116/03

## • RELAÇÃO COM O ICMS :

REGRA GERAL → NÃO INCIDE ICMS S/ OS SERVIÇOS LISTADOS NA LISTA ANEXA, AINDA QUE ENVOLVAM O FORNECIMENTO DE MERCADORIAS.  
(ISS SOBRE O VALOR TOTAL)

EXCEÇÕES → INCIDE  $\begin{cases} \text{ISS} \rightarrow \text{SERVIÇOS E} \\ \text{ICMS} \rightarrow \text{MERCADORIAS} \end{cases}$   
NOS ITENS EXPRESSEMENTE INDICADOS NA LISTA.

## REGRAS MATRIZ DE INCIDÊNCIA:

### CRITÉRIO MATERIAL

→ AQUELES NÃO LISTADOS ESTÃO FORA DO CAMPO DE INCIDÊNCIA.

- PRESTAR QUALQUER DOS SERVIÇOS RELACIONADOS NA LISTA ANEXA.  
→ AINDA QUE NÃO SEJA A ATIVIDADE PREPONDERANTE DO PRESTADOR.
- SUA INCIDÊNCIA INDEPENDENTE DE :
  1. DENOMINAÇÃO
  2. RECEBIMENTO DO PREÇO
  3. RESULTADO FINANCEIRO DA ATIVIDADE
  4. DO CUMPRIMENTO DE QUALQUER EXIGÊNCIA LEGAL/REGULAMENTAR.  
→ DEPENDE SÓ DA NATUREZA DO SERVIÇO.

- DISTRIBUIÇÃO DE CONTEÚDO PELAS PRESTADORAS DE SERVIÇO DE ACESSO CONDICIONADO DA LEI 12.485/11 (SUBITEM 4.9)
- FORNECIMENTO DE MERCADORIAS PRODUTAS PELO PRESTADOR FORA DO LOCAL DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DOS SUBITENS 7.2 (CONSTRUÇÕES) E 7.5 (REFORMAS)
- COMPOSIÇÃO GRÁFICA, ETC., QUANDO DESTINADOS A POSTERIOR COMERCIALIZAÇÃO/INDUSTRIALIZAÇÃO, AINDA QUE INCORPORADOS A OUTRA MERCADORIA P/ POSTERIOR CIRCULAÇÃO (SUBITEM 13.5)
- PEÇAS E PARTES EMPREGADAS NOS SERVIÇOS DOS SUBITENS 14.1 (LUBRIFICAÇÃO, LIMPEZA, ETC., DE MÁQUINAS, VEÍCULOS ...) E 14.3 (RECONDICIONAMENTO DE MOTORES)
- FORNECIMENTO DE ALIMENTAÇÃO E BEBIDAS NA ORGANIZAÇÃO DE FESTAS E RECEPÇÕES, BUFÊ (SUBITEM 17.11)

## REGRA MATRIZ DE INCIDÊNCIA:

### CRITÉRIO MATERIAL (CONTINUAÇÃO)

#### • CASOS ESPECIAIS DE INCIDÊNCIA DO ISS:

- SERVIÇOS PRESTADOS MEDIANTE O USO DE BENS/SERVIÇOS PÚBLICOS EXPLORADOS ECONOMICAMENTE MEDIANTE 

AUTORIZAÇÃO  
PERMISSÃO  
CONCESSÃO

{

 C/ PAGAMENTO DE TARIFA, PREÇO OU PEDÁGIO PELO USUÁRIO FINAL.
- SERVIÇO PROVENIENTE DO EXTERIOR OU CUYA PRESTAÇÃO INICIADA NO EXTERIOR.  
(= IMPORTAÇÃO DE SERVIÇOS)

#### • CASOS ESPECIAIS DE NÃO INCIDÊNCIA DO ISS:

- EXPORTAÇÕES DE SERVIÇOS  
↳ SALVO OS DESENVOLVIDOS NO BRASIL
  - + RESULTADO AQUI SE VERIFIQUE
  - + AINDA QUE O PAGAMENTO SEJA FEITO POR RESIDENTE NO EXTERIOR
- PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS EM RELAÇÃO DE EMPREGO, TRABALHADORES AVULSOS, DIRETORES, MEMBROS DE CONSELHO CONSULTIVO/FISCAL, SÓCIOS - GERENTES E GERENTES DELEGADOS.
- VALOR INTERMEDIADO NO MERCADO DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS, DEPÓSITOS...
- SERVIÇO DE PROVEDOR DE ACESSO À INTERNET.

## JURISPRUDÊNCIA RELEVANTE

### SÚMULA VINCULANTE N° 31:

"É INCONSTITUCIONAL A INCIDÊNCIA DO ISS SOBRE OPERAÇÕES DE LOCAÇÃO DE BENS MÓVEIS."

- LEASING 

OPERACIONAL → NÃO INCIDE ISS.

{

FINANCEIRO E LEASE-BACK → INCIDE ISS

#### • INCIDE ISS:

- SERVIÇOS DE REGISTROS PÚBLICOS, NOTARIAS E CARTORÁRIOS
- SERVIÇOS DE PLANOS/SEGUROS DE SAÚDE
- SERVIÇOS BANCÁRIOS **CONGÊNERES** DA LISTA ANEXA. (= INTERPRETAÇÃO EXTENSIVA)
- INTERMEDIÇÃO DE NEGÓCIOS NA BOVISA DE MERCADORIA E FUTURA, VOLTADA À COMERCIALIZAÇÃO DE MERCADORIAS.

**ISS**  
NA LEI  
COMPLEMENTAR  
116/03

## REGRA MATRIZ DE INCIDÊNCIA:

### CRITÉRIO TEMPORAL

- = DATA EM QUE SURTE A OBRIGAÇÃO TRIBUTÁRIA.  
(NÃO CONFUNDIR C/ DATA DE PAGAMENTO DO IMPOSTO!)
- NA **CONCLUSÃO** DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS  
↳ SE MEDIDO POR ETAPAS = NO MOMENTO DA **MEDIDAÇÃO** DE CADA UMA DELAS.

## REGRAS DE INCIDÊNCIA:

### CRITÉRIO ESPACIAL

- DEFINE A QUAL MUNICÍPIO/DF SERÁ DEVIDO O ISS.
- REGRA: LOCAL DO ESTABELECIMENTO DO PRESTADOR OU, NA FALTA, NO DOMICÍLIO DO PRESTADOR.
- EXCEÇÕES: HIPÓTESES USADAS NA LC 116/03
  - = LOCAL EM QUE É: (A DEPENDER DO CASO)
    - EXECUTADO O SERVIÇO
    - LOCALIZADO O ESTABELECIMENTO DO TOMADOR OU SEU DOMICÍLIO
    - LOCALIZADO O BEM ENVOLVIDO.

O ISS SERÁ DEVIDO NO ESTABELECIMENTO DO TOMADOR OU INTERMEDIÁRIO DO SERVIÇO QUANDO HOUVER DESCUMPRIMENTO DA ALÍQUOTA MÍNIMA DE 2%.

\* ADI 5835: SUSPENDEU A EFICÁCIA DAS ALTERAÇÕES NO CRITÉRIO ESPACIAL QUE ESTAVAM SENDO PROMOVIDAS PELA LC 157/2016.

## REGRAS DE INCIDÊNCIA:

### CRITÉRIO PESSOAL

- SUJEITO ATIVO: MUNICÍPIO/DF ONDE OCORRER O F.G.
- SUJEITO PASSIVO:
  - CONTRIBUINTE: PRESTADOR DO SERVIÇO
  - RESPONSÁVEL:
    - LEI MUNICIPAL/DISTRITAL PODE ATRIBUIR A RESPONSABILIDADE PELO PAGAMENTO DO ISS A TERCEIRA PESSOA VINCULADA AO FG.
      - DE FORMA EXCLUSIVA OU SUPLETIVA

### CRITÉRIO QUANTITATIVO

- BASE DE CÁLCULO: PREÇO DO SERVIÇO
  - ↳ CASOS ESPECIAIS:
    1. PROPORCIONAL À EXTENSÃO DA RODOVIA, FERROVIA... SE O SERVIÇO 3.04 FOR PRESTADO EM MAIS DE UM MUNICÍPIO.
    2. É POSSÍVEL A DEDUÇÃO DE MATERIAIS / SUBEMPREITADAS JÁ TRIBUTADOS DA B.C. DOS SERVIÇOS 7.02 E 7.05.
- ALÍQUOTA: FIXADA EM LEI MUNICIPAL
  - ↳ RESPEITADOS OS LIMITES MÍNIMO (2%) E MÁXIMO (5%)

O ISS DEVIDO PELAS SOCIEDADES UNIPROFISSIONAIS E POR PROFISSIONAIS AUTÔNOMOS É UM VALOR FIXO (INDEPENDENTE DO VALOR DO SERVIÇO)

ISS  
NA LEI  
COMPLEMENTAR  
116/03

### SÃO RESPONSÁVEIS:

- TOMADOR / INTERMEDIÁRIO DO SERVIÇO IMPORTADO OU INICIADO NO EXTERIOR.
- PJ (AINDA QUE ISENTA/IMUNE) TOMADORA OU INTERMEDIÁRIA DOS SERVIÇOS ENUMERADOS NA LC 116/03: 3.05, 7.02, 7.04, 7.05, 7.09, 7.10, 7.12, 7.16, 7.17, 7.19, 11.02, 17.05, 17.10

### CUIDADO!

A RESPONSABILIDADE SE MANTÉM AINDA QUE A TOMADORA NÃO RETENHA O VALOR!



## CADASTRO FISCAL MUNICIPAL

- OBRIGATÓRIO P/ TODOS OS SUJEITOS PASSIVOS DO ISS → AINDA QUE **IMUNES** OU **ISENTOS**.
- CONFORME A LEGISLAÇÃO MUNICIPAL.
- **ANTES** DO INÍCIO DA ATIVIDADE.
- DEVEM SER TANTAS QUANTOS FOREM OS ESTABELECIMENTOS / LOCAIS DE ATIVIDADE

CPOM: CADASTRO DE PRESTADORES DE OUTROS MUNICÍPIOS.

- P/ QUE SE CADASTREM TAMBÉM NO MUNICÍPIO EM QUE PRESTAM O SERVIÇO.
- DEVE ESTAR PREVISTO NA LEGISLAÇÃO MUNICIPAL.
- P/ COMBATER EVASÃO / GUERRA FISCAL.

## ISS DISPOSIÇÕES COMUNS

### ARBITRAMENTO DO PREÇO DO SERVIÇO

- NOS CASOS EM QUE :
  1. AS DECLARAÇÕES DO SUJEITO PASSIVO
  2. OS ESCLARECIMENTOS PRESTADOS PELO S.P.
  3. OS DOCUMENTOS EXPEDIDOS PELO S.P.
- DESDE QUE MEDIANTE **PROCESSO REGULAR**.

NÃO MEREÇAM FÉ  
OU SEJAM OMISSOS

### REGIME DE ESTIMATIVA

- QUANDO O **VOLUME / MODALIDADE** DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO ACONSELHAR.
- O CONTRIBUINTE RECOLHE O **VALOR MENSAL ESTIMADO** E AO FINAL DE UM PERÍODO FIXADO, É FEITA A COMPENSAÇÃO ISS PAGO x DEVIDO.
- ENQUADRAMENTO PODE SER POR:
  1. CATEGORIAS DE CONTRIBUINTES
  2. GRUPOS DE ATIVIDADES ECONÔMICAS
  3. CONTRIBUINTES INDIVIDUALMENTE

### SOCIEDADES UNIPROFISSIONAIS

- AQUELAS CUJOS PROFISSIONAIS (SÓCIOS, EMPREGADOS OU NÃO) SÃO HABITUADOS AO EXERCÍCIO DA **MESMA ATIVIDADE**
  - + PRESTAM SERVIÇOS DE FORMA PESSOAL
  - + ASSUMEM **RESPONSABILIDADE PESSOAL**
- **REGIME ESPECIAL** DE RECOLHIMENTO DO ISS (BASE FIXA E FICTÍCIA POR PROFISSIONAL)

## ARRECADAÇÃO E LANÇAMENTO

- LEGISLAÇÃO MUNICIPAL FIXA { MODO DE PAGAMENTO  
PRAZO
- CONSTITUIÇÃO DO CRÉDITO = MOMENTO DE EMISSÃO DA NOTA FISCAL ("AUTO LANÇAMENTO")

DISPENSA ATUAÇÃO DA AUTORIDADE FISCAL (AUTO DE INFRAÇÃO OU NOTIFICAÇÃO DE LANÇAMENTO)

ISS  
DISPOSIÇÕES  
COMUNS

## LIVROS E DOCUMENTOS FISCAIS

- OBRIGAÇÕES ACESSÓRIAS
  - ↳ DEFINIDAS PELA LEGISLAÇÃO MUNICIPAL ESPECÍFICA.
- LIVROS E ESCRITURAÇÃO FISCAL :
  - OBRIGATORIOS P/ CADA ESTABELECIMENTO.
  - NÃO PODEM SER RETIRADOS DO ESTABELECIMENTO, SALVO CASOS EXPRESSAMENTE PREVISTOS NA LEGISLAÇÃO
    - ↳ EX.:
      - LEVAR À REPARTIÇÃO FISCAL
      - LEVAR AO ESCRITÓRIO DO CONTADOR
- NOTA FISCAL DE SERVIÇOS :
  - EMITIDA A CADA PRESTAÇÃO
  - ELETRÔNICA OU EM PAPEL.
  - PRAZO FORMA CONDIÇÕES } NA FORMA DA LEGISLAÇÃO MUNICIPAL